

## A SOCIOLOGIA NAS REDAÇÕES DO ENEM E UMA EDUCAÇÃO VOLTADA AOS DIREITOS HUMANOS

Wallace Ferreira<sup>1</sup>  
Alberto Alvadia Filho<sup>2</sup>  
Wesley Hanns Carvalho Matos<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este trabalho analisa a presença da Sociologia escolar nas provas de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) entre 2009 e 2018. A nossa hipótese é que a disciplina pode figurar como importante fonte de conceitos para o desenvolvimento da redação no interior dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo, visto que orienta tanto na problematização do assunto sugerido quanto na proposta de intervenção para a solução do problema levantado. Metodologicamente, os temas das redações foram examinados segundo quatro critérios: I) Se o tema está no currículo de Sociologia direta ou indiretamente; II) A maneira como a Sociologia pode contribuir para o desenvolvimento de determinado assunto da redação; III) Que expressões e conceitos usados na Sociologia poderiam ser usados nas redações; e IV) Que interdisciplinaridade envolvendo Sociologia e outras disciplinas de Humanidades da educação básica aquele tema oferece. Com isso, procuramos demonstrar que há uma sincronia entre a prova de redação do ENEM e o programa de Sociologia do ensino médio, de modo que a disciplina pode, com seus conceitos e expressões, auxiliar o candidato em argumentações que superem juízos de senso comum, visando, principalmente, uma proposta de intervenção social lastreada na defesa da democracia, na concordância com a diversidade e no combate aos preconceitos. Em consequência, a prova do ENEM, aqui exemplificada pela redação, tem servido de importante política pública na área da educação voltada para a valorização dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Redações do ENEM, Contribuições da Sociologia, Educação, Direitos Humanos, Entre 2009 e 2018.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra um projeto maior de pesquisa intitulado “A Sociologia no ENEM e a visão dos licenciandos em Ciências Sociais da UERJ”, em andamento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), representando a primeira etapa concluída, aquela que procurou observar a relação entre a Sociologia escolar e as provas de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

<sup>1</sup> Professor de Sociologia do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) - RJ, [walaceuerj@yahoo.com.br](mailto:walaceuerj@yahoo.com.br);

<sup>2</sup> Professor de Sociologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ - Campus São João de Meriti) - RJ, [afilho30@gmail.com](mailto:afilho30@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - RJ, [wesley\\_hcm@hotmail.com](mailto:wesley_hcm@hotmail.com).

Criado em 1998, o ENEM foi usado primeiramente para avaliar a qualidade da educação nacional. No entanto, ganhou nova versão em 2009, com aumento do número de questões e passando paulatinamente a substituir os antigos vestibulares, de maneira que hoje se constitui no principal exame de ingresso ao ensino superior em instituições federais do Brasil. Daí o recorte adotado neste trabalho abranger este período.

A nossa hipótese é que a Sociologia pode figurar como significativa fonte de conceitos e teorias para o desenvolvimento da redação no bojo dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo, visto que auxilia tanto na problematização do assunto sugerido quanto na proposta de intervenção para a solução do problema levantado. Tendo como objetivos principais o desenvolvimento do pensamento crítico e da cidadania em concordância com os direitos humanos, a Sociologia oferece aos estudantes da educação básica algumas ferramentas de desnaturalização dos fenômenos sociais, abordando-os com um suporte conceitual e teórico que pode servir de grande ancoragem na argumentação desta prova.

Devemos dizer, ainda, que os principais objetivos deste artigo residem na atuação desempenhada pelo ENEM na educação brasileira ao tratar os direitos humanos como pauta relevante para o pensamento crítico e a formação em cidadania, além de legitimar o ENEM enquanto uma efetiva política de educação em direitos humanos.

## **METODOLOGIA**

Metodologicamente, elaboramos uma análise bibliográfica que demonstra a relação do ENEM com a defesa de uma educação para os direitos humanos. Em seguida, a pesquisa realizou uma investigação detalhada de todas as redações do ENEM entre 2009 e 2018, considerando não apenas a apresentação do tema, mas toda a exposição da prova, que geralmente apresenta textos de lei, abordagens teóricas e jornalísticas, bem como charges e imagens ligadas à temática central.

Além disso, para este artigo, apresentaremos um quadro elaborado a partir de uma análise que obedeceu os seguintes critérios: I) Se o tema da redação está no currículo de Sociologia direta ou indiretamente; II) A maneira como a Sociologia aparece naquele tema; III) Que conceitos ou expressões usados nas Ciências Sociais<sup>4</sup> poderiam ser usados naquela redação; e IV) Que interdisciplinaridade envolvendo Sociologia e outras disciplinas de Humanidades da educação básica aquele tema oferece.

---

<sup>4</sup> Usamos este termo uma vez que no ensino médio a disciplina Sociologia também abrange conteúdos de Antropologia e Ciência Política, ou seja, reúne os três eixos principais das Ciências Sociais.

## OS DIREITOS HUMANOS E O ENEM

Além de a maioria das temáticas serem de ordem social e estarem relacionadas aos conteúdos estudados nos currículos de Sociologia da educação básica, em especial no ensino médio, onde a disciplina é obrigatória nas três séries desde 2008, há evidente defesa dos direitos humanos nos assuntos sugeridos e, em particular, na maneira como os mesmos são apresentados nos textos-base desta avaliação. Esses textos de apoio apresentam, de modo geral, partes de leis que procuram combater desigualdades, sendo acompanhados de dados quantitativos organizados por instituições oficiais do Estado que revelam a dissonância entre legislação e realidade social.

Conforme sublinhado por Neves (2018), a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/1996) deixam evidente a preocupação da legislação brasileira numa educação voltada para a cidadania.

Assim diz o artigo 205 da Carta Magna:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Isso significa o embasamento de um Estado Democrático de Direito, cuja cidadania é entendida como um conjunto de direitos e deveres que implica a participação dos indivíduos na vida pública e política (NEVES, 2018). Como veremos abaixo, várias redações tiveram a intenção de despertar nos candidatos argumentações dessa natureza.

Da mesma forma, o currículo escolar de Sociologia também é voltado para a promoção cidadã, o que é garantido pelas Orientações Curriculares Nacionais, as OCNs (BRASIL, 2006):

“(…) sempre estão presentes nos conteúdos de ensino da Sociologia temas ligados à cidadania, à política em sentido amplo (quando, muitas vezes no lugar da Sociologia stricto sensu, os professores trazem conteúdos, temas e autores da Ciência Política) e mesmo contrastes com a organização política de sociedades tribais ou simples (quando, então, é a Antropologia que vem ocupar o lugar da Sociologia), ou ainda preocupações com a participação comunitária, com questões sobre partidos políticos e eleições, etc. Talvez o que se tenha em Sociologia é que essa expectativa - preparar para a cidadania - ganhe contornos mais objetivos a partir dos conteúdos clássicos ou contemporâneos – temas e autores” (BRASIL, 2006, p. 104).

No entanto, devemos frisar, de forma preocupante, que não necessariamente a educação na sociedade brasileira tem atuado numa perspectiva de defesa de direitos humanos. Na realidade fática, existem desafios sociais e conflitos de ordem política que inviabilizam a efetivação desses direitos no dia a dia das escolas brasileiras, levando-nos a uma constante necessidade de implantação desses valores na seara educacional. Como salientado por Fernandes e Paludeto (2010), em momentos de crise de valores públicos e privados e da sociedade como um todo, torna-se imperativo que as temáticas da igualdade e da dignidade humana não estejam inscritas apenas de textos legais, mas que sejam internalizadas e trabalhadas por todos que atuam na educação.

As redações do ENEM têm prestado um importante serviço na luta pela defesa dos direitos humanos numa sociedade que carece desses valores para garantir a democracia e assegurar princípios fundamentais da sociedade de Direito.

Como salientado por Culau, Lira e Sponchiado (2015):

“A educação em Direitos Humanos tem um papel significativo, pois a mesma é um dos direitos fundamentais do ser humano. Embora se encontrem ainda muitos desafios, é de extrema importância que os Direitos Humanos se fixem na sociedade, sendo reconhecidos como prioritários para a construção da cidadania e da democracia, tendo, no entanto, a Educação como sua aliada. A Educação em Direitos Humanos é, na atualidade, um dos mais importantes instrumentos dentro das formas de combate às violações de Direitos Humanos, já que se educa, na valorização da dignidade e nos princípios democráticos” (CULAU; LIRA; SPONCHIADO, 2015, p. 3950).

Nesse sentido, é inegável a relevância do ENEM como parte de uma política pública de avaliação da educação básica em torno dos principais documentos norteadores da nossa educação.

Contudo, até 2016 tirava nota zero o candidato que violasse os direitos humanos durante a dissertação, numa vertente que considerávamos positiva. Contudo, o movimento conservador Escola sem Partido (ESP) questionou na justiça esse entendimento do MEC, tendo sua reivindicação acolhida pelo TRF1 e corroborada pelo STF às vésperas do ENEM de 2017. Na atualidade, a violação aos direitos humanos zera apenas um dos itens de avaliação da redação, a parte que exige uma intervenção do candidato na realidade social, equivalente a 20% de toda a nota atribuída à dissertação.

Em apoio aos direitos humanos na redação, ainda que esta não seja mais totalizante na prova, Neves (2018) salienta:

“A supervalorização desse item não é gratuita. Ela responde diretamente aos documentos oficiais que regem as políticas públicas de Educação no Brasil. (...) Isso significa dizer que respeitar os direitos humanos não é simplesmente uma “invenção” da prova de redação do ENEM. Trata-se, antes de tudo, de um exercício de cidadania que não deve se restringir ao ambiente escolar (como um simples letramento em direitos humanos), mas sim transcender a ele e abarcar o todo: a sociedade, o sertão, o mundo (uma cultura em direitos humanos)” (NEVES, 2018, p. 747).

## AS CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA PARA AS REDAÇÕES DO EXAME

A proposta de redação de 2009, intitulada “O indivíduo frente à ética nacional” trouxe como textos motivadores uma imagem em preto e branco de autoria de Millôr Fernandes com um boneco e uma frase “só lidar com gente honesta, meu deus, que solidão!”; um texto falando da passividade do povo e da ausência de indignação; e um terceiro texto de título “Qual é o efeito em nós do ‘eles são todos corruptos?’”, mostrando que o discurso segundo o qual todos são corruptos acaba por criar uma fronteira entre aqueles que se indignam, com sua integridade, e os outros que são corruptos, revelando a imobilidade de que se diz com retidão moral.

Observamos que a proposta de redação tem relação direta com o currículo de Sociologia, de modo que a disciplina pode contribuir falando das formas democráticas de intervenção e expressando maneiras legítimas de indignação. Alguns conceitos sociológicos poderiam ajudar no processo de tomada de consciência crítica, como os conceitos de patrimonialismo e de nepotismo para caracterizar algumas formas de corrupção. Já os conceitos de cidadania e movimentos sociais serviriam para intervir nessa realidade.

Na redação de 2010, intitulada “O trabalho na Construção da Dignidade Humana” há dois textos motivadores: um que faz referência à Lei Áurea de 1888 e à escravidão contemporânea; e o outro sobre o futuro do trabalho, que supostamente não vai ser em escritório, não vai ter salário fixo, nem aposentadoria, ao contrário, vai ter relação com a inovação, preocupação com o meio ambiente e busca de qualidade de vida.

Essa temática tem relação direta com o currículo de Sociologia, que pode contribuir no sentido de mostrar o trabalho como uma oportunidade de humanização, de dignidade humana, e não como exploração dos trabalhadores. Alguns conceitos trabalhados na disciplina podem ser importantes para sistematizar a temática do trabalho em sua forma abrangente, valendo-se de conceitos como flexibilização, informalidade, alienação, entre outros.

Na redação de 2011, que versava sobre “Viver em rede no Século XXI: Os limites entre o público e o privado”, houve três textos base: o primeiro, intitulado “Liberdade sem

“fio”, sublinha que a ONU ascendeu o acesso à rede a uma posição de direito fundamental do ser humano. O segundo, de título “A internet tem ouvidos e memória”, aborda a mudança de costumes no acesso aos meios de comunicação, com a internet superando muitas vezes os outros veículos. Ademais, o texto alerta o leitor de que o anonimato da rede não é real e que todos podem ser rastreados e identificados. O terceiro texto é uma tirinha na qual uma pessoa critica a sociedade de controle onde todos são monitorados pelas câmeras.

A Sociologia pode contribuir com a reflexão acerca do uso das redes sociais no século XXI, que envolve diversos subtemas, como, por exemplo, o crescimento das fake news, bem como oferecer a expressão ‘controle social’ e ‘sociedade de controle’. De alguma forma, essa temática voltaria na redação de 2018.

Na prova de 2012, intitulada “O movimento imigratório para o Brasil no século XXI”, tivemos três textos motivadores. O primeiro texto salienta que a imigração para o Brasil não pode ser reduzida às questões ligadas ao trabalho, mas também envolvem questões de ordem cultural. O texto dois aborda a chegada de grande população de haitianos em 2011, fruto do terremoto ocorrido em 2010, e chama a atenção para o perfil desses haitianos no Brasil, maioria de classe média e com qualificação profissional. O terceiro texto envolve a situação dos imigrantes bolivianos no Brasil, destacando as razões políticas e econômicas que os levaram a sair da Bolívia, com mais da metade da população vivendo na miséria, além de serem pouco qualificados.

A Sociologia pode contribuir diretamente para a construção da redação ao promover uma discussão sobre diversidade cultural, razões políticas, históricas e econômicas, além de recuperar conceitos antropológicos de cultura, relativismo e etnocentrismo, dentre outros.

Os “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil” foi a proposta da redação de 2013, a qual possui quatro textos motivados. O primeiro estabelece uma relação entre o consumo de bebida e mortes no trânsito. O segundo traz uma imagem de propaganda do governo federal com um carro batido num copo gigante de cerveja. O texto três traz diversas estatísticas positivas da Lei Seca: diminuição de acidentes, redução de vítimas fatais e de atendimento hospitalar, além do fato de 97% da população aprovar o uso do bafômetro. O quarto texto mostra a ideia de uma agência de comunicação visando uma mensagem criativa aos clientes de bares e restaurantes segundo a qual não se deve misturar bebida e direção.

A sociologia pode auxiliar indiretamente nessa redação, já que se trata de um tema de Direito, mostrando as relações entre o Estado e a sociedade. Conceitos de ciência política, como estado de natureza e pacto civil, bem como conceitos sociológicos de Durkheim, a exemplo de fato social e anomia, também podem ser usados.

A redação de 2014, de proposta “Publicidade infantil em questão no Brasil” possui três textos base. O primeiro versa sobre a regulamentação da publicidade infantil, via resolução do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente. O segundo texto mostra um mapa informando a ocorrência da publicidade infantil em diferentes lugares do mundo. O texto três apela para a conscientização das crianças sobre a divulgação de produtos.

A Sociologia pode contribuir diretamente nessa redação ao tratar o padrão de consumo estabelecido pela sociedade de consumo e que atinge cada vez mais o público infantil. O conceito de indústria cultural também pode ser buscado para entender o processo de transformação da cultura numa lógica de mercado audiovisual para consumo.

Na redação de 2015, intitulada “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, são apresentados quatro textos motivadores. O primeiro é proveniente do mapa da violência de 2012, apresentando dados numéricos sobre o homicídio de mulheres no Brasil, que triplicou entre 1980 e 2010. O texto dois consiste num gráfico do balanço de 2014 dos tipos de violência relatados pelas mulheres no Disque 180 da Secretaria de Políticas para as Mulheres, com amplo destaque para a violência física e a violência psicológica. O terceiro texto é uma espécie de propaganda pedindo o fim do feminicídio. Trata-se de uma imagem de mão aberta com um alvo ao centro e embaixo escrito a palavra “basta”. Já o texto quatro apresenta dados sobre os impactos da Lei Maria da Penha. Aqui há o número de processos abertos com base na lei, o número de processos julgados, as prisões em flagrante e prisões preventivas decretadas.

A Sociologia escolar, nessa redação, pode contribuir ao tratar conceitual e teoricamente de papéis de gênero e suas desigualdades, do feminismo e suas ondas, além dos tipos de violência que as mulheres estão submetidas e de sua organização em movimentos sociais visando o combate a violações sistemáticas de direitos das mulheres no país.

Em 2016 houve duas aplicações do ENEM devido à ocupação de escolas na época do primeiro exame. A primeira teve como título “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”. O primeiro texto da sua estrutura cita a Constituição de 1988 na parte que assegura a liberdade de crença religiosa, as manifestações religiosas e a laicidade do Estado. O texto dois mostra que agressões ou ofensas em função de crença ou por não se ter uma religião específica são crimes inafiançáveis e imprescritíveis. O texto três traz o artigo 208 do Código Penal que tipifica os crimes contra o sentimento religioso e apresenta as penas. O quarto texto apresenta dados sobre a intolerância religiosa no Brasil com denúncias entre 2011 e julho de 2014. Separando-se por credo, as religiões de matriz afro-brasileira e a evangélica foram as maiores vítimas de discriminação.

A Sociologia escolar pode contribuir, nessa prova, ao falar do etnocentrismo e das virtudes da abordagem relativista para melhor se compreender elementos culturais diversos, bem como para assegurar valores de tolerância no interior de uma sociedade moderna cada vez mais plural em seus modos de vida.

Já na segunda aplicação de 2016, cuja proposta foi “Caminhos para combater o racismo no Brasil”, logo no primeiro texto se questiona a chamada democracia racial brasileira pós-abolição, visto que os índices de analfabetismo, criminalidade e mortalidade são maiores dentre a população negra. O texto dois apresenta um artigo da Lei 7.716 de 1989 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. O terceiro texto traz uma imagem que diferencia racismo de injúria racial, sendo racismo a conduta discriminatória dirigida a determinados grupos, enquanto a segunda consiste em ofender a honra de uma pessoa com a utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem. O texto quatro, por sua vez, possui uma inovação, pois explica o que são as políticas afirmativas e como essas ações procuram reverter a representação negativa, promover a igualdade de oportunidade e combater o preconceito e o racismo. As relações étnico-raciais no Brasil vêm sendo tratadas no currículo de Sociologia no que tange ao combate às discriminações raciais que a população negra historicamente é alvo.

Para desnaturalizar o racismo tão impregnado na sociedade brasileira, desenvolver esse fenômeno como um “fato social” durkheimiano é fundamental para perceber que ninguém nasce racista, mas se trata de uma construção social que coage comportamentos ligados à cultura. Inclusive Gilberto Freyre, abordado criticamente nas aulas de Sociologia, pode ser resgatado para falar do mito da democracia racial.

A redação de 2017 foi sobre os “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”. O primeiro texto trouxe o Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015 (Lei 13.146). O texto dois exhibe o número de matrículas de surdos na educação básica e educação especial mostrando que tanto nas classes comuns com alunos incluídos como em classes especiais, escolas exclusivas vêm diminuindo entre 2011 e 2016. O texto três é um cartaz que fala do respeito às diferenças no trabalho, contra o preconceito. O texto quatro mostra que, apesar da primeira escola de educação de meninos surdos no Brasil já vir da época imperial, só em 2002 houve a sanção da lei 10.436, legislação que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais como segunda língua oficial do Brasil.

Aqui, embora o tema não seja sociológico, a disciplina pode contribuir com o conceito de “fato social” de Émile Durkheim, tendo em vista a imposição de uma linguagem que não nasce com o indivíduo, mas que é construída socialmente.

Por fim, em 2018, o título da redação foi “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”. Dos textos motivadores, três foram reportagens e um apresentou um gráfico com dados. O primeiro e o segundo abordaram a silenciosa ditadura do algoritmo, de modo que ambos expressam a passividade do usuário diante dos mecanismos de controle da rede. O terceiro texto, na linha dos anteriores, discute como a internet influencia secretamente as nossas escolhas, definindo nossas preferências. Por sua vez, o gráfico abordado, presente no quarto texto, traz um organograma de dados produzido pelo IBGE com o perfil dos usuários de internet no Brasil em 2016, detalhando o uso da internet segundo gênero, faixa etária e finalidade de uso.

O saber sociológico contribui diretamente por meio da discussão atual sobre a indústria cultural, o conceito de alienação, bem como as discussões sobre sociedade de rede e controle social.

Agora, seguir-se-á o quadro que apresenta o detalhamento das contribuições da Sociologia escolar junto às redações observadas, material que pode servir como guia de estudo para estudantes e professores:

<b>Quadro de Provas de Redação do ENEM</b>					
<b>Ano</b>	<b>Tema</b>	<b>Está no currículo de Sociologia Direta ou Indiretamente?</b>	<b>Como a Sociologia aparece?</b>	<b>Conceitos/Expressões usados nas Ciências Sociais que poderiam ser aplicados para a argumentação.</b>	<b>Diálogo da Sociologia com quais disciplinas de Humanas?</b>
2009	O indivíduo frente à ética nacional	Diretamente	Oferecendo subsídios para os candidatos pensarem sobre formas de mobilização contra a corrupção e desvios de condutas públicas; Problematizando as mobilizações políticas.	Cidadania; Individualismo; Coesão social; Solidariedade social; Anomia; Cordialidade; Homem cordial; Cidadania.	Filosofia; História
2010	O Trabalho na Construção da Dignidade Humana	Diretamente	Abordando as relações de trabalho numa perspectiva voltada para dignidade humana; Negando condicionantes de exploração.	Direitos humanos; Capitalismo; Ideologia; Terceirização; Mais-valia; Meios de produção; Racionalização do trabalho; Flexibilização do trabalho; Alienação; Informalização; Sindicalização; Proletariado; Globalização; Precariado; Direitos trabalhistas, Pauperização, Contradição,	Geografia; História

				Emancipação, Mercado de trabalho, Modo de produção, Reificação.	
2011	Viver em rede no Século XXI: Os limites entre o público e o privado	Diretamente	Refletindo sobre o papel da internet na sociedade contemporânea; Tratando temas como meios de comunicação de massa e a atualidade da indústria cultural; Abordando questões pertinentes à individualidade e à coletividade.	Sociedade do conhecimento; Direitos fundamentais; Capitalismo; Direitos individuais; Direitos civis; Cibercultura; Falsa consciência; Fake news; Liberdade de expressão; Controle social; Individualidade.	-----
2012	Movimento migratório para o Brasil no Século XXI	Diretamente	Apontando as possíveis contribuições da Sociologia no que tange ao contato entre diferentes culturas bem como na promoção de direitos para a população migrante.	Cultura; Diversidade cultural; Xenofobia; Cidadania; Direitos sociais; Direitos humanos; Indentidade; Nacionalismo; Fronteira, Alteridade.	Geografia; História
2013	Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil	Indiretamente	Abordando as relações entre o Estado e a sociedade.	Estado de natureza hobbesiano; Contrato social; Fato social; Controle social; Estado, Sociedade civil.	-----
2014	Publicidade infantil em questão no Brasil	Diretamente	Demonstrando como a sociedade capitalista criou padrões de consumo para o público infantil, envolvendo bens materiais e simbólicos, e passando, inclusive, pela indústria cultural.	Indústria cultural; Capitalismo; Sociedade de consumo; Socialização; Ideologia; Alienação; Falsa consciência; Interação social; Pertencimento.	-----
2015	A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira	Diretamente	Abordando a formação cultural brasileira calcada no patriarcalismo e no padrão heteronormativo; Destacando a persistência da violência contra a mulher enquanto uma prática criminosa; Refletindo sobre mecanismos de combate às violências contra a mulher.	Gênero; Identidade; Sexualidade; Violência simbólica; Patriarcalismo; Machismo; Heteronormatividade; Feminismo; Androcentrismo; Desnaturalização; Divisão social do trabalho; Empoderamento; Movimento social; Femicídio; Criminalidade; Interseccionalidade, Direitos sociais, Dominação masculina.	-----

2016 (1ª Aplicação)	Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil	Diretamente	Explicando o desenvolvimento da cultura brasileira calcada no cristianismo; Valorizando a laicidade; Abordando o papel do Estado na promoção dos direitos civis.	Direitos civis; Cidadania; Preconceito; Discriminação; Segregação; Intolerância religiosa; Etnocentrismo; Eurocentrismo; Relativismo cultural; Laicidade; Interculturalidade; Direitos humanos.	História
2016 (Prova reaplicada) <sup>5</sup>	Caminhos para combater o racismo no Brasil	Diretamente	Combatendo os preconceitos raciais; Abordando a temática étnico-racial; Valorizando as minorias étnicas; Abordando o papel do Estado na promoção dos direitos civis.	Direitos civis; Cidadania; Preconceito; Discriminação; Segregação; Eugenia; Racismo; Mito da democracia racial; Etnocentrismo; Relativismo cultural; Determinismo racial; Movimentos sociais; Multiculturalismo; Xenofobia; Ações afirmativas; Eurocentrismo; Interculturalidade; Direitos humanos; Etnia, Identidade; Ideologia, Antirracismo; Violência simbólica; Movimento negro.	História
2017	Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil	Indiretamente	Tratando da relação entre Estado, sociedade e indivíduo; Apontando para as desigualdades no sistema educacional; Valorizando as minorias sociais e combatendo preconceitos.	Fato social; Socialização; Linguagem; Padrão social; Sistema educacional; Inclusão social; Desigualdade social.	-----
2018	Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet	Diretamente	Refletindo sobre o papel da internet na sociedade contemporânea; Tratando de temas como Meios de comunicação de massa e a atualidade da indústria cultural.	Fato social; Alienação; Mecanismos de controle social; Capitalismo; Sociedade da informação; Sociedade de consumo; Cibercultura; Indústria cultural; Falsa consciência; Fake news.	-----

Fonte: Elaboração dos membros da pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

<sup>5</sup> A reaplicação do Enem em 2016 ocorreu devido às ocupações de locais de prova em novembro. Movimentos estudantis que protestavam contra a PEC do teto dos gastos e contra a reforma do ensino médio ocuparam prédios de universidades onde o exame seria aplicado, fazendo com que o exame fosse reaplicado em dezembro.

Neste artigo, nos esforçamos para demonstrar que a Sociologia está fortemente presente no atual modelo de acesso ao ensino superior brasileiro, via ENEM, o que ocorre por meio do auxílio teórico e conceitual na problematização do assunto sugerido e na proposta de intervenção para a solução do problema levantado. Eis uma importante contribuição da Sociologia para os estudantes brasileiros e uma forma de utilidade da disciplina que complementa a conhecida formação crítica voltada para a cidadania.

Mais que isso, o currículo escolar de Sociologia defende os direitos humanos em concordância com uma linha evidente de valorização da educação vinculada aos princípios essenciais para a construção de um Estado Democrático de Direito. Trata-se de uma observação relevante em qualquer contexto, mas amplia-se em significância em tempos de aumento do conservadorismo e de tendências reacionárias em diversos espaços da sociedade brasileira. Diante das críticas de personalidades políticas aos propósitos do ENEM e a algumas temáticas abordadas nos últimos anos, cabe esperar para saber se a redação continuará exercendo esse papel ou será relegada a uma dissertação esvaziada de crítica e de formação social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Org. Yussef Said Cahali. 9.ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Orientações curriculares para o Ensino Médio**. Vol. 3 (Parte de Sociologia). Ciências humanas e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CULAU, Julia; LIRA, Daiane; SPONCHIADO, Denise Aparecida Martins. Educação em Direitos Humanos: Um desafio da sociedade e da escola. In: **Anais do EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação**, PUC-PR, 26 a 29 de outubro de 2015.

FERNANDES, Angela Viana Machado; PALUDETO, Melina Casari. **Educação e Direitos Humanos**: Desafios para a escola contemporânea. Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, pp. 233-249, mai./ago. 2010.

NEVES, Cynthia Agra de Brito. **Direitos Humanos e Educação**: A polêmica em torno da prova de Redação do ENEM 2015 e 2017. Trab. Ling. Aplic., Campinas, vol. 57, n. 2, pp. 731-755, mai./ago. 2018.